

Moção

Pela Coesão Territorial e pelo Reforço do Investimento nas Freguesias como Pilar no Acesso à Habitação e ao Emprego Qualificado

O Congresso da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), reunido em Portimão, reafirma o papel central das freguesias enquanto primeiro nível de proximidade do poder democrático, espaço privilegiado de contacto direto com as populações e agente fundamental na promoção do desenvolvimento local, da coesão territorial e da justiça social.

As freguesias são, muitas vezes, o primeiro e o último reduto institucional do Estado junto das populações mais vulneráveis e mais afastadas dos centros de decisão. São também as entidades que conhecem de uma forma holística as necessidades reais dos seus territórios, os problemas específicos e as oportunidades existentes para promover a fixação de pessoas e a revitalização económica. Contudo, esse conhecimento e essa proximidade quase nunca são acompanhados dos meios financeiros, técnicos e legais indispensáveis para uma intervenção eficaz e estruturante.

A coesão territorial não se constrói apenas com discursos ou princípios abstratos. Exige políticas públicas concretas, diferenciadas e positivas, que reconheçam as assimetrias existentes e que promovam um tratamento desigual do que é desigual, reforçando o investimento onde ele é mais necessário. Neste contexto, as freguesias devem ser encaradas como parceiras estratégicas do Estado e das autarquias locais na definição e execução de políticas de desenvolvimento territorial.

Entre os fatores determinantes para a fixação de população nos territórios, destacam-se, de forma inequívoca, o acesso à habitação digna e a existência de oportunidades de emprego estável e qualificado. Sem habitação a preços acessíveis e sem trabalho devidamente pago, não há fixação de jovens, não há atração de novas famílias, não há renovação do tecido social nem continuidade das comunidades locais.

No domínio da **habitação**, muitas freguesias enfrentam realidades paradoxais: por um lado, a existência de património edificado devoluto, degradado ou subutilizado, algum dele pertencente ao Estado; por outro, a dificuldade de acesso a habitação adequada, seja por falta de oferta, seja por preços incompatíveis com os rendimentos das populações. Torna-se, por isso, imprescindível reforçar programas de apoio à reabilitação urbana, à valorização do edificado existente e à criação de soluções habitacionais ajustadas às especificidades locais, envolvendo ativamente as freguesias na identificação de necessidades, na mobilização de património público e privado e na execução de projetos.

É fundamental que os programas nacionais de habitação integrem uma forte componente de discriminação positiva para os territórios de baixa densidade e para as freguesias mais afetadas pela perda populacional, simplificando procedimentos, garantindo financiamento adequado e reconhecendo a capacidade de intervenção das freguesias, quer isoladamente, quer em articulação com municípios e outras entidades.

No que respeita ao **emprego e à atividade económica**, importa reconhecer que a criação de postos de trabalho de proximidade é condição essencial para a

sustentabilidade dos territórios. As freguesias podem desempenhar um papel relevante na dinamização económica local, no apoio ao empreendedorismo, na valorização dos recursos endógenos, na promoção da economia social e solidária e na criação de condições para a instalação de pequenas e médias empresas.

Para tal, é necessário reforçar medidas de apoio ao investimento local, incluindo incentivos específicos para projetos geradores de emprego nas freguesias do interior e de baixa densidade, programas de capacitação técnica, acesso simplificado a fundos comunitários e nacionais, e uma maior articulação entre políticas de emprego, formação profissional e desenvolvimento territorial. A proximidade das freguesias às populações e ao tecido económico local constitui uma mais-valia que deve ser plenamente aproveitada.

Assim, o Congresso da ANAFRE delibera:

1. Reafirmar a coesão territorial como um objetivo estratégico nacional, que deve orientar de forma transversal as políticas públicas e os instrumentos de investimento;
2. Defender a adoção de medidas positivas e diferenciadas de apoio ao investimento nas freguesias, em especial nos territórios de baixa densidade e mais afetados pela perda populacional;
3. Reivindicar o papel das freguesias na definição e execução de políticas de habitação, incluindo programas de reabilitação, arrendamento acessível e valorização do património edificado local;
4. Reivindicar o papel das freguesias no apoio à criação de emprego e à dinamização económica local, reconhecendo as freguesias como parceiras estratégicas na fixação de pessoas e na revitalização dos territórios;
5. Exigir que qualquer transferência de competências para as freguesias seja acompanhada dos meios financeiros e técnicos adequados, garantindo uma intervenção eficaz e sustentável;
6. Mandatar a ANAFRE para que, junto do Governo, da Assembleia da República e das demais entidades competentes, defenda estas posições e contribua ativamente para a construção de um país mais equilibrado, mais justo e mais coeso.

O reforço da coesão territorial não é apenas uma questão de equidade; é uma condição essencial para o futuro coletivo do país. Investir nas freguesias, na habitação e no emprego é investir nas pessoas, nas comunidades e na sustentabilidade do território nacional.

1º Subscritor: Joaquim Godinho (União das Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras)

2º Subscritor: Francisco Branco de Brito (União das Freguesias de Évora)